



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Roberto Monteiro PL - RJ

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 3.190, DE 2021

(Apensados: PL nº 2.632/2022 e PL nº 1.467/2023)

Determina limite máximo diário de transferência eletrônica via Pix e dá outras providências.

Autor: Deputado ALEXANDRE FROTA

Relator: Deputado ROBERTO MONTEIRO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.190, de 2021, tem por objetivo estabelece o limite máximo diário de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para as transferências eletrônicas efetuadas por meio do sistema de pagamento instantâneo denominado “Pix”.

No texto de justificção, alega-se que “pessoas têm sido sequestradas e extorquidas para que criminosos façam este tipo de transferência, pois a facilidade e rapidez da mesma fazem com que estes criminosos, no momento em que seja feita à operação, realizem o saque do valor integral sem que haja tempo hábil para bloquear o valor”.

Nesse contexto, o autor da proposição afirma que “a limitação do valor diário de transferência evitará que criminosos cometam qualquer tipo de ilícito com a intenção de buscar recursos para a sua atividade criminosa, pois se o limite diário é limitado, o meliante não terá condições de saber se já houve ou não alguma transferência o que limitará este tipo de ação”.

Gabinete 316 Anexo IV – Praça dos Três Poderes – DF.
dep.robertomonteiro@camara.leg.br
Telefone (061) 3215-5316



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Roberto Monteiro
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231867385200>



Durante a tramitação, foram apensados ao projeto original:

- **PL nº 2.632, de 2022**, de autoria da Deputada Lídice da Mata, que altera a Lei n.º 12.865, de 9 de outubro de 2013, para “estabelecer novas obrigações aos participantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro e do Sistema de Pagamentos Instantâneos com o objetivo de aumentar a segurança das operações cursadas no âmbito desses sistemas”; e
- **PL nº 1467/2023**, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, que “acrescenta os §§ 6.º e 7.º ao art. 6.º da Lei n.º 12.865, de 9 de outubro de 2013, para exigir que os aplicativos utilizados para a realização de operações de pagamento e de recebimento de valores pelas instituições financeiras e de pagamento autorizadas pelo Banco Central do Brasil a participar do Pix deverão contar com recursos de geolocalização e que a realização dessas operações de transferência de recursos entre contas só poderão ser realizadas em aplicativos em que a geolocalização esteja ativada”.

Por despacho da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, a matéria foi distribuída à Comissão de Defesa do Consumidor; à Comissão de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, inciso II, do RICD) e seu regime de tramitação é o ordinário (art. 151, inciso III, do RICD).

No prazo regimental, transcorrido entre 11/04/2023 e 25/04/2023, foi apresentada nesta Comissão uma emenda ao projeto, de autoria do nobre Deputado Ricardo Ayres. Na Emenda em questão, busca-se instituir regras adicionais sobre o Pix, a exemplo da obrigatoriedade de



estabelecimento, pelas instituições participantes dos sistemas de pagamento brasileiro e de pagamento instantâneo, de limites de transações em “valores compatíveis com o histórico de movimentações de seus clientes”.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cabe a esta Comissão emitir parecer sobre as proposições ora em exame quanto a “economia popular e repressão ao abuso do poder econômico” (alínea “a”); “relações de consumo e medidas de defesa do consumidor” (alínea “b”); e, por fim, quanto a “composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços” (alínea “c”).

Examinando as proposições que nos foram submetidas, entendemos que, a despeito de suas nobres razões, nem a proposição original e nem um de seus dois apensados devem ser acolhidos por parte desta Comissão, pelas razões que passo a expor:

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o sistema de pagamentos instantâneos Pix consiste em uma infraestrutura centralizada e única para liquidação de pagamentos instantâneos entre instituições distintas no Brasil. Tal infraestrutura foi criada e é gerida pelo Banco Central do Brasil (BCB), e seu arcabouço normativo é essencialmente infralegal. Praticamente todos os atos normativos que disciplinam esse importante sistema de pagamentos, portanto, foram editados pelo próprio BCB, no exercício de suas atribuições legais.¹

É importante destacar que essa regulamentação é feita de forma dialética pelo BCB, por meio do “Fórum Pix”, que é o ambiente de discussões e de coordenação dos diversos agentes de mercado. Tal fórum tem por objetivo subsidiar o Banco Central no papel de definidor das regras de funcionamento do ecossistema de pagamentos instantâneos e conta com

¹ A relação completa de atos normativos que disciplinam o Pix está disponível no sítio eletrônico do BCB: https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/pix?modalAberto=regulamentacao_pix. Acesso em: 03 mai. 2023.



diversos participantes. Além do próprio BCB, participam desse ambiente de discussões:

- representantes de prestadores de serviços de pagamento, através de associações representativas de âmbito nacional;
- prestadores e potenciais prestadores de serviços de conectividade;
- potenciais prestadores de serviço de iniciação de pagamentos; e
- usuários finais de serviços de pagamento – tanto pagadores quanto recebedores, por meio de associações representativas de âmbito nacional.

Nesse contexto, entendemos que a aprovação de regras legais que impactam no funcionamento do Pix, ainda mais com o nível de detalhamento pretendido na proposição original e no PL n.º 2.632, de 2022, apensado, representaria **um indevido, desnecessário e até mesmo impertinente engessamento da normatização do Pix** e, também, do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Além de importar a restrição da liberdade de os próprios agentes conformarem a reconformarem a regulamentação do Pix para atender a necessidades ou particularidades que o Poder Legislativo não consegue prever em sua totalidade, a aprovação do PL nº 3.190, de 2021, da EMC nº 1-CDC e do PL nº 2.632, de 2022, representaria um **retrocesso em termos de técnica legislativa**.

Isto porque, em matéria de regulação econômica e financeira, há muito tempo o Congresso Nacional tem adotado a técnica da deslegalização, por meio da qual se limita a traçar as diretrizes gerais para o funcionamento dos segmentos da atividade econômica – neste caso, o sistema financeiro – deixando, para o âmbito infralegal e regulamentar, os detalhes mais técnicos e circunstanciais.

Não fosse isso bastante para obstar a aprovação das proposições em questões, cumpre frisar que o tema sobre o qual as proposições em questão e a Emenda nº 1-CDC buscam dispor – qual seja, regras e outros limites para as operações do Pix – **já é objeto de normatização específica pelo BCB**.



Assim é que, no exercício de suas atribuições legais, a citada Autarquia federal editou, entre outras, a Instrução Normativa BCB nº 331, de 1º de dezembro de 2022, que “dispõe sobre os limites de valor para as transações no âmbito do Pix”.²

O artigo inaugural dessa instrução normativa determina aos participantes provedores de conta transacional do Pix que estabeleçam limites máximos de valor para iniciação de transações Pix, com finalidade de compra ou de transferência, por conta transacional, para usuários pagadores pessoa física.

Além disso, a Resolução BCB n.º 1, de 12 de agosto de 2020³, estabelece, em seus arts. 41-B a 42, as regras para o chamado “Mecanismo Especial de Devolução (MED)”. Trata-se do conjunto de regras e de procedimentos operacionais destinado a viabilizar a devolução de um Pix a partir do próprio participante recebedor, o que é especialmente relevante e útil caso haja fundada suspeita do uso do Pix para a prática de fraude ou em caso de falha operacional no sistema de tecnologia da informação de qualquer dos participantes envolvidos na transação.

À vista de tais considerações, somos da opinião de que o arcabouço normativo aplicável ao Pix já está bem estabelecido e maduro – e mais ainda: é fruto de um debate direto entre os representantes de seus usuários e participantes, em um foro institucionalizado de discussões. Não nos parece nem adequado, muito menos acertado, que o Congresso Nacional enrijeça, em sede legal, a normatização de algo que, no plano infralegal e regulamentar, já funciona bem.

No que diz respeito ao PL n.º 1.467/2023, entretanto, observo que a exigência nele proposta de que os aplicativos utilizados para a realização de operações de pagamento e de recebimento de valores pelas instituições financeiras e de pagamento autorizadas pelo Banco Central do Brasil a

2 A íntegra da Instrução Normativa está disponível no sítio eletrônico do BCB, neste endereço: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa%20BCB&numero=331>. Acesso em: 03 mai. 2023.

3 A íntegra da Resolução também está disponível no sítio eletrônico do BCB, neste endereço: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=1>. Acesso em: 03 mai. 2023.



participar do PIX deverão contar com recursos de geolocalização, além de constituir um relevantíssimo instrumento colocado à disposição da polícia e dos demais órgãos de persecução penal para o combate eficaz à escalada da prática de crimes de sequestro-relâmpago e assemelhados, não interfere no funcionamento do sistema, razão pela qual consideramos aludida proposta meritória e necessária.

Pelo exposto, votamos pela rejeição do PL nº 3.190, de 2021, da EMC nº 1-CDC, do PL nº 2.632, de 2022, apensado, e pela aprovação do PL nº 1.467, de 2023, também apensado.

Sala da Comissão, em 21 de junho de 2023.

Deputado ROBERTO MONTEIRO
Relator

